

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: CONTEXTOS E IMPORTÂNCIA
NA PROMOÇÃO DA SAÚDE ESCOLAR**

**SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL: CONTEXTOS E IMPORTANCIA EN
LA PROMOCIÓN DE LA SALUD ESCOLAR**

**FOOD AND NUTRITIONAL SAFETY: CONTEXTS AND IMPORTANCE IN
PROMOTING SCHOOL HEALTH**



Edênia Raquel Barros Bezerra de MOURA¹
e-mail: edeniraquel@pcs.uespi.br



Marianne Louise Marinho MENDES²
e-mail: marianne.marinho@upe.br



Cristhiane Maria Bazilio de OMENA³
e-mail: cristhiane.omena@upe.br

Como referenciar este artigo:

MOURA, E. R. B. B. de; MENDES, M. L. M.; OMENA, C. M. B. de. Segurança alimentar e nutricional: Contextos e importância na promoção da saúde escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023135, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riabee.v18i00.16614>



| **Submetido em:** 28/03/2022
| **Revisões requeridas em:** 23/05/2022
| **Aprovado em:** 11/07/2022
| **Publicado em:** 15/12/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Picos – PI – Brasil. Professora assistente DE. Mestrado em Educação e Formação de Professores (UPE).

² Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina – PE – Brasil. Professora adjunta. Doutorado em Ciência e Tecnologia dos Alimentos (UFPB).

³ Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina – PE – Brasil. Professora associada III. Doutorado em Ciência (UFAL).

RESUMO: Levantou-se um acervo bibliográfico apresentando a escola enquanto campo privilegiado de práticas alimentares saudáveis na promoção da segurança alimentar e nutricional. Utilizou-se dados eletrônicos da Scielo, fontes governamentais, literaturas não eletrônicas e estudos na língua portuguesa, publicados no período entre 2000 a 2020. Evidencia-se que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional ainda se encontra em construção, evoluindo à medida que avança a humanidade, envolvendo saberes e ações políticas que a consagram como direito universal. Nesta concepção, vários métodos são utilizados para avaliar a dimensão de acesso aos alimentos, sobretudo a análise de renda e/ou consumo alimentar no intuito de contribuir na elaboração de políticas públicas promotoras de saúde no contexto escolar por ser um ambiente propício para a implementação das ações de segurança alimentar e nutricional. Assim, elenca-se a importância que a escola exerce na formação de hábitos alimentares saudáveis, tendo a alimentação escolar uma das vertentes dessa formação.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação escolar. Indicadores de saúde. Promoção da saúde escolar. Políticas de saúde. Segurança alimentar.

RESUMEN: *Se recopiló un acervo bibliográfico que presenta a la escuela como un campo privilegiado de prácticas de alimentación saludable en la promoción de la seguridad alimentaria y nutricional. Se utilizaron datos electrónicos de Scielo, fuentes gubernamentales, literatura no electrónica y estudios en lengua portuguesa, publicados entre 2000 y 2020. Es evidente que el concepto de Seguridad Alimentaria y Nutricional aún está en construcción, evolucionando a medida que avanza la humanidad, involucrando conocimientos y acciones políticas que lo consagran como un derecho universal. En esta concepción, se utilizan varios métodos para evaluar la dimensión del acceso a los alimentos, especialmente el análisis de ingresos y/o consumo de alimentos con el fin de contribuir a la elaboración de políticas públicas que promuevan la salud en el contexto escolar porque es un ambiente propicio para la implementación de acciones de seguridad alimentaria y nutricional. Así, se enumera la importancia que la escuela ejerce en la formación de hábitos alimenticios saludables, siendo la alimentación escolar uno de los aspectos de esta formación.*

PALABRAS CLAVE: *Alimentación escolar. Indicadores de salud. Promoción de la salud. Políticas de salud. Seguridad alimentaria.*

ABSTRACT: *A bibliographic collection was raised, presenting the school as a privileged field of healthy eating practices in the promotion of food and nutritional security. We used electronic data from Scielo, government sources, non-electronic literature and studies in the Portuguese language, published between 2000 and 2020. It is evident that the concept of Food and Nutrition Security is still under construction, evolving as humanity advances, involving knowledge and political actions that enshrine it as a universal right. In this conception, several methods are used to evaluate the dimension of access to food, especially the analysis of income and/or food consumption in order to contribute to the elaboration of public policies that promote health in the school context because it is a conducive environment for the implementation of food and nutritional security actions. Thus, the importance that the school exerts in the formation of healthy eating habits is listed, with school feeding being one of the aspects of this training.*

KEYWORDS: *School feeding. Health policies. Health indicators. School health promotion. Food security.*

Introdução

A Constituição Federal de 1988 reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, a qual é resultante de diversas condições, a saber, educação, alimentação, trabalho, renda e acesso aos serviços de saúde. Mais precisamente em seu artigo 6^o, está assegurado o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o qual se concretiza quando todas as pessoas têm acesso garantido e ininterrupto à alimentação saudável por meios próprios e sustentáveis (BRASIL, 1988).

O direito humano a uma alimentação adequada e suficiente extrapola a simples aquisição e disponibilidade de alimentos, estando intimamente ligado ao respeito às práticas e hábitos alimentares, a condição de saúde do indivíduo e a assistência a grupos humanos biologicamente vulneráveis (VALENTE, 2003).

No Brasil, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) sofreu alterações em virtude da própria história do homem e da sociedade, articulando, assim, duas dimensões bem definidas: a alimentar, a qual entende-se como o processo de produção, comercialização e, conseqüentemente, disponibilidade ao alimento e; a dimensão nutricional, que consiste diretamente na escolha, preparo e consumo alimentar, estabelecendo uma estreita relação com a saúde do organismo (BATISTA FILHO, 2007).

Para uma população ter SAN faz-se necessário que ela tenha acesso, regularmente, a alimentos em quantidade satisfatória, qualidade sanitária e nutricional, garantia de conservação e controle agroalimentar, respeitando a cultura de cada comunidade, seus hábitos alimentares e de higiene (BATISTA FILHO, 2007; ALVES; VALENTE JÚNIOR, 2007).

O Brasil tem realizado grandes avanços no campo da SAN. Desde 2003, o Governo Federal fortaleceu políticas públicas na tentativa de melhorar as condições sociais e de alimentação dos grupos mais vulneráveis a partir da promulgação da LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional), da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (CONSEA, 2011) até então extinto pelo atual mandato presidencial conforme Medida Provisória (MP) n^o 870, a qual retira a autonomia do CONSEA em convocar conferências com foco na SAN, revogando a atribuição do conselho de acompanhar e articular a política nacional de SAN (BRASIL, 2019).

No entanto, com o intuito de discutir os atuais retrocessos e violações ao DHAA, por parte do atual governo, organizações da sociedade civil e movimentos sociais têm se reunido para conseguir espaços de participação e construção conjunta com a sociedade.

Todavia, ainda permeia um conjunto expressivo de programas e ações relacionados à segurança alimentar e nutricional. Em âmbito nacional, desde 2011, foram criados programas de transferência de renda, a fim de complementar a renda familiar e consequente melhoria da alimentação (SANTOS; SANTOS, 2007).

Com base no apresentado, o estudo objetivou elencar um acervo bibliográfico, a fim de apresentar a escola enquanto campo privilegiado para a adoção de práticas alimentares saudáveis na constante busca pela segurança alimentar e nutricional.

Percurso metodológico

Trata-se de um levantamento bibliográfico realizado a partir de material já elaborado, constituído de livros, artigos científicos e dissertações de mestrado, atualmente disponibilizados na internet (GIL, 2002).

Para Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica engloba toda bibliografia tornada pública em relação ao tema estudado, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi documentado sobre determinado assunto.

Foram utilizadas fontes de dados eletrônicos da *Scientific Electronic Library (Scielo)*, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), bem como dados governamentais e outras literaturas não eletrônicas, por serem as principais bases de dados utilizadas para publicação científica e, ainda, serem de livre acesso pelos usuários.

Os descritores utilizados no decorrer da pesquisa foram Segurança Alimentar; Alimentação Escolar; Políticas Públicas de Saúde; Indicadores; Promoção da Saúde em Ambiente Escolar. Esses descritores foram conciliados com os operadores booleanos *OR* e *AND*, produzindo o arranjo a seguir: (segurança alimentar) *AND* (alimentação escolar); (alimentação escolar) *AND* (políticas públicas de saúde); (políticas públicas de saúde) *AND* (indicadores); (políticas públicas de saúde) *OR* (políticas públicas de alimentação).

Foram incluídos para análise estudos publicados na língua portuguesa, no período compreendido entre 2000 a 2020, além de resoluções nacionais que direcionam a temática aqui apresentada, cujo interesse foi contextualizar a SAN no Brasil; elencar os indicadores determinantes da SAN; apontar as políticas públicas de segurança alimentar no cenário nacional e; apresentar a escola como ambiente promotor da saúde.

E, como critério de exclusão, os estudos que não contribuíram com a temática aqui

apresentada. Os artigos selecionados foram lidos na íntegra, nomeando aqueles que se alinhavam ao tema sugerido mediante leitura dos resumos, assim como os que se enquadravam nos critérios de inclusão acima mencionados.

Resultados e discussão

Contextualizando o conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil

O conceito de SAN é uma definição ainda em construção, o qual evolui à medida que avança a humanidade e alteram-se as relações de poder na sociedade (BURITY *et al.*, 2010). Ele ganha força a partir da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1945, mediante o reconhecimento do acesso ao alimento de qualidade como direito humano, sendo garantido por mecanismos de mercado.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, o quadro da segurança alimentar foi conceituado como uma questão de indisponibilidade de alimentos e uma ameaça aos países europeus que se encontravam sem condições de produzir alimentos em quantidade e qualidade suficientes com o fito de atender toda a população mais pobre (BELIK, 2003).

Decorrente a crise existencial na produção de alimentos e, como estratégia de aumentar a produtividade de alguns alimentos, foi apresentada na Conferência Mundial de Alimentação, de 1974, o debate de uma política de armazenamento estratégico que visasse a garantia da segurança alimentar, da oferta e aumento da produção de alimentos, logo, não era suficiente apenas produzir, mas assegurar a regularidade do abastecimento (BURITY *et al.*, 2010).

No início da década de 90, o conceito de segurança alimentar incluiu o princípio de acesso a alimentos seguros, de qualidade, produzidos de forma equilibrada e sustentável, sendo consolidada na Conferência Internacional de Nutrição, em 1992, realizada em Roma (BURITY *et al.*, 2010). Dessa forma, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) reincide a importância da qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural dos alimentos para a SAN (IPEA, 2002).

Dessa forma, a Segurança Alimentar e Nutricional é caracterizada como o direito humano em alimentar-se de forma regular e adequadamente com qualidade e quantidade suficientes sem, sobretudo, interferir em outras necessidades essenciais, cujas práticas alimentares respeitem a diversidade cultural e a preservação ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006). Contudo, tal conceito somente ganhou força no Brasil após a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em

1998 (BURITY *et al.*, 2010).

Compreende-se, então, que o conceito de Segurança Alimentar se encontra em constante construção, o qual envolve diversos saberes e ações políticas que a consagram como direito universal. Dessa forma, conhecer a prevalência de insegurança alimentar e os fatores associados torna-se relevante na permanente busca pela avaliação das condições de vida da população e, conseqüentemente, para o planejamento de políticas públicas preventivas, de promoção da saúde e combate à fome (SALLES-COSTA *et al.*, 2008).

Indicadores de segurança alimentar e nutricional

A FAO (*Food and Agriculture Organization*), desde 1996, orienta quanto à construção de um protocolo de indicadores relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de que esse possa ser utilizado como modelo padrão local, nacional ou internacional de avaliação da magnitude da insegurança alimentar (FAO, 1996).

Um indicador consiste na dimensão de uma determinada informação pertinente acerca de um fenômeno característico do estado de segurança alimentar, representando a realidade em torno do processo com vista à formulação de políticas públicas, sendo representado por um número, um atributo de um determinado evento sob observação ou pela relação destes, cujo objetivo é quantificar o número de indivíduos em situação de carência alimentar (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

No Brasil, bem como internacionalmente, são utilizados alguns indicadores para estimar a SAN, dentre eles cita-se o recordatório de 24 horas, o qual mensura o consumo alimentar a partir de um recordatório quantitativo de ingestão de alimentos nas últimas 24 horas; a frequência de alimentos em um certo período, geralmente na semana anterior à aplicação do questionário; além da pesquisa quanto aos gastos familiares com aquisição de alimentos. Todavia, tais inquéritos são considerados complexos e sujeitos à variabilidade, seja pela padronização do entrevistador ou pela habilidade de informação do entrevistado (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008) afirmam, ainda, que há existência de cinco métodos disponíveis e muito utilizados nos inquéritos de avaliação da SAN, são eles, o instrumento da Food and Agriculture Organization (FAO); a Avaliação do Consumo Dietético Individual; a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF); a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e; a Antropometria.

O instrumento de pesquisa da FAO predispõe as calorias por habitante de um país a partir da balança de alimentos e das pesquisas de orçamento doméstico. O método em questão prevê baixo custo de aplicação e possibilidade de comparação de dados com outros países; por outro lado, as informações são imprecisas, pois não avalia o acesso aos alimentos, muito menos a qualidade da dieta oferecida, dando ênfase ao consumo média de energia do que a distribuição energética, não identificando, assim, os grupos mais susceptíveis à insegurança alimentar (GALESI; QUESADA; OLIVEIRA, 2009).

Outro método de avaliação de insegurança alimentar são as pesquisas de consumo dietético individual, dentre elas o Recordatório de 24 horas e a Frequência Alimentar. Tais instrumentos permitem avaliar a adequação do consumo energético e nutricional da população (PESSANHA; VANNIER; MITCHELL, 2008), os quais analisam a avaliação de ingestão alimentar a curto, médio e a longo prazo, contemplando a quantidade, qualidade, o domicílio e os indivíduos em risco (FISBERG *et al.*, 2008). Entretanto, os instrumentos supracitados também apresentam suas desvantagens, como a dificuldade em estimar o tamanho das porções, o conteúdo nas tabelas de composição de alimentos e, principalmente, a memória do avaliado quanto a sua última ingestão alimentar (CRISPIM *et al.*, 2003).

Quanto a Pesquisa de Orçamento Doméstico, este método fundamenta-se em entrevistas domiciliares onde um morador informa a renda familiar, a quantidade de alimentos consumidos dentro e fora do domicílio, os alimentos produzidos em casa, bem como os recebidos. A POF possibilita avaliar a adequação da ingestão energética domiciliar, o percentual de gastos com a alimentação, permitindo, assim, elencar os domicílios em situação de insegurança alimentar. Todavia, o método apresenta certa dificuldade em estimar a quantidade de alimentos desperdiçados, bem como de quantifica os consumidos fora de casa, uma vez que o entrevistado relata o que gastou em alimento, não o que consumiu (PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

No entanto, nas últimas décadas observou-se um avanço significativo na estimação de insegurança alimentar mediante o uso de escalas fundamentadas na percepção informada pelo entrevistado e, como proposta de verificar famílias em risco de insegurança alimentar, optou-se por utilizar a EBIA, que categoriza as famílias em quatro categoria, sendo elas: segurança alimentar; insegurança alimentar leve; insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave (YUYAMA *et al.*, 2008).

A EBIA trabalha com quinze questões que concernem à experiência nos últimos três meses de insuficiência alimentar, integrando a preocupação de que a comida possa acabar até a

experiência em passar um dia inteiro sem comer. Quando não há nenhuma resposta positiva, a família é classificada em situação de segurança alimentar, todavia, em patamares diferenciados da soma dos pontos obtidos no questionário, a família classifica-se na condição de insegurança alimentar (SALLES-COSTA *et al.*, 2008). Além do seu baixo custo de aplicação, a EBIA permite identificar o modo como o indivíduo compreende e percebe a insegurança alimentar e a fome. Por outro lado, a escala não possibilita identificar a falta de saneamento básico, muito menos a qualidade microbiológica dos alimentos (PESSANHA; VANNIER; MITCHELL, 2008).

Nesta concepção, vários métodos são utilizados para avaliar a dimensão de acesso aos alimentos, sobretudo com base na análise de renda e/ou consumo alimentar. Entretanto, as escalas de percepção de insegurança alimentar a nível domiciliar têm ganhado destaque nos últimos anos por serem um instrumento qualitativo que visa medir fenômenos subjetivos e, por isso, cada vez mais adaptado e aplicado internacionalmente (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

Políticas públicas de segurança alimentar no cenário nacional

A segurança alimentar é objeto de discussão acerca do planejamento e elaboração das políticas públicas no Brasil. Seu conceito assegura que a SAN é garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e quantidade suficientes, sem comprometer as necessidades essenciais, mediante adoção de práticas promotoras de saúde e, acima de tudo, respeitando as diversidades cultural, econômica e social (BRASIL, 2006).

Diante do cenário mundial de subnutrição, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), elaborou no Brasil uma política que fosse capaz de combater os problemas alimentares e nutricionais e que buscasse atender as necessidades de vários segmentos da sociedade, como as crianças, gestantes, idosos, trabalhadores rurais e urbanos. Dessa forma, nasceu o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), de caráter multissetorial integrou quatro eixos, a saber: suplementação alimentar a gestantes, nutrizes e crianças; incentivo à alimentação do trabalhador; apoio ao pequeno produtor de baixa renda e; os programas de fortificação (VASCONCELOS, 2005).

Mediante os movimentos sociais, o início do século XX foi marcado por avanços na construção de políticas públicas as quais atendessem a alguns princípios, como a redução do custo dos alimentos no orçamento familiar e a garantia da qualidade biológica, nutricional,

sanitária e tecnológica dos alimentos (CUSTÓDIO *et al.*, 2011).

Um destes programas foi o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em resposta ao abastecimento alimentar interno. O referido programa foi concretizado com o objetivo de orientar recursos aos agricultores familiares, sobretudo os de maior dificuldade de integração econômica em um sistema de três modalidades, a saber: o crédito; a infraestrutura e a capacitação (SILVA; CÓRREA; NEDEC, 2007).

Juntamente ao PRONAF foram desenvolvidos outros mecanismos de proteção e garantia da renda e dos financiamentos, como o Seguro da Agricultura Familiar (SAF), o Garantia Safra e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) (CONSEA, 2011).

Em 2003, o governo federal lança um novo referencial capaz de combater a extrema pobreza no país, o Programa Fome Zero, concebido em torno de quatro vertentes: acesso aos alimentos, à educação e ações de transferência de renda; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda e; mobilização e controle social (ARANHA, 2010), abrangendo diversos fatores associados a SAN.

No que tange a transferência de renda, menciona-se o Programa Bolsa Família (PBF), um programa estratégico para assegurar o direito humano à alimentação, cujo pano de fundo foi o agravamento da situação de pobreza e vulnerabilidade das famílias brasileiras, aprofundadas com a crise econômica e aumento dos índices de desemprego (TAGAKI, 2006).

Outro significativo avanço dentre as políticas públicas de garantia do direito humano à alimentação foi a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais autorizam a compra direta do agricultor familiar cadastrado, descentralizando as compras públicas e criando mercado para os pequenos produtores (CONSEA, 2011).

Merece destaque, ainda, o programa da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que defende uma política de baixos preços para povos e comunidades tradicionais, criando instrumentos que viabilizem a comercialização de seus produtos ao PAA; bem como o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, no qual reconhece o potencial natural e sociocultural da biodiversidade brasileira, oportunizando investimentos em negócios sustentáveis na inovação de produtos alimentícios (CONSEA, 2011).

Ressalta-se, ainda, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), a fim de garantir maior produtividade e qualidade de vida do trabalhador, o Programa Cisternas, para melhor

captação da água e convívio no semiárido; e, por último, o Programa Saúde na Escola (PSE), cuja meta é assistir os escolares por meio da promoção da atividade física e incentivo a hábitos alimentares saudáveis.

Diante do ensejo, convém elencar que a política atual encara um novo desafio no tocante aos problemas decorrentes da insegurança alimentar, pois se a fome e a desnutrição vêm saindo de cena, a obesidade e o sobrepeso ganham lugar de destaque na sociedade moderna, com consequências severas no sistema de saúde nacional.

O ambiente escolar como promotor da segurança alimentar e nutricional

O contexto escolar, segundo Valentim (2014), apresenta-se como um ambiente propício e privilegiado para a promoção em saúde, tendo vista o fato de as crianças e adolescentes passarem a maior parte do tempo nele. Assim, a alimentação escolar contribui não apenas por oferecer alimentação aos educandos, mas, acima de tudo, por incentivá-los na adoção de práticas alimentares saudáveis na constante promoção da segurança alimentar e nutricional.

Em meados da década de 1930, a alimentação escolar pública ficava sob a responsabilidade da “Caixa Escolar”, um conselho constituído por pais e professores, o qual custeava a compra de livros didáticos, vestuários e alimentação oriundos aos escolares mais vulneráveis da população, no intuito de incentivar a frequência dos estudantes nas escolas (CARVALHO; BERNARDO, 2012).

Concomitantemente, como afirma Magalhães (2014), surgiram os primeiros registros acerca da situação alimentar e nutricional da população brasileira, elaborando, assim, um diagnóstico situacional na tentativa de cogitar um melhor abastecimento de alimentos a esta classe. A autora relata, ainda, uma pesquisa sobre as condições de vida de 500 famílias de operários do Recife. Neste estudo foi comparado o salário mensal com as despesas com alimentação, revelando que mais de 70% do salário destas famílias comprometia a aquisição de alimentos.

O estudo acima relatado contribuiu para que o governo de Getúlio Vargas reorganizasse o salário mínimo e fundasse o Serviço de Atendimento a Previdência Social (SAPS), cujo objetivo era garantir melhores condições de trabalho aos operários e pensionistas (ARRUDA; ARRUDA, 2007).

Na perspectiva de designar a alimentação escolar como política pública em meio aos problemas sociais, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), instaurada em 1945, legalizou

o Plano de Alimentação e Nutrição, cuja meta era intensificar as ações na área da Nutrição, a saber: o Plano de Assistência à Educação Alimentar à Infância e à Adolescência; os Planos Regionais de Alimentação e os Planos de Tecnologia Alimentar (FROZI; GALEAZZI, 2004). Porém, entre todas as propostas apresentadas pela CNA, somente a Política de Alimentação Escolar foi concretizada.

Inicialmente, como o governo brasileiro não dispunha de recursos financeiros favoráveis, estendeu um acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a fim de que este órgão pudesse fornecer leite em pó às escolas no período de 1995 a 1960 (FROZI; GALEAZZI, 2004). Dessa forma, criou-se em 1955 a Campanha de Merenda Escolar, atendendo, de início, os estados de São Paulo, Amazonas, Minas Gerais, Pará, Ceará e os municípios do Rio de Janeiro e Teresina-PI (FERREIRA, 2008), cujo objetivo era melhorar a aprendizagem e as condições nutricionais dos escolares, conseqüentemente, promover a reduzir da evasão escolar (BRASIL, 1956).

Todavia, o acordo com a Unicef foi desfeito e o governo brasileiro passou a comprar alimentos diversificados a um custo menor do governo norte-americano através do programa intitulado “Alimentos para a Paz”. Posteriormente, o programa decidiu oferecer pequenas refeições na alimentação escolar, sendo, o macarrão com soja ou os concentrados proteicos à base de peixe, alimentos estes que supriam até 15% das necessidades nutricionais diárias dos escolares (VASCONCELOS, 2005).

Com o fim do acordo, o governo intensificou a produção de alimentos processados pelas indústrias nacionais, estimulando, assim, em 1979, a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), administrado inicialmente pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), continuando com a distribuição dos alimentos à base de soja e farinha enriquecida, porém, não respondiam aos hábitos alimentares dos escolares (FERREIRA, 2008).

Em se tratando de Brasil, o PNAE está regulamentado pela Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, cuja meta é garantir uma alimentação saudável e adequada a todos os estudantes matriculados nas escolas públicas e entidades filantrópicas (BRASIL, 2009).

O programa estabelece que no mínimo 30% dos recursos financeiros devem ser empregados na aquisição e gêneros alimentícios oriundos diretamente da agricultura familiar, favorecendo as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento econômico, reduzindo a desigualdade social, minimizando o êxodo rural e assegurando a SAN no campo (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHIN, 2017).

Por fim, o PNAE estabelece que a oferta de alimentos deve ser diversificada, a fim de

atender aos hábitos alimentares regionais, suprir as necessidades nutricionais dos escolares e, acima de tudo, assistir ao crescimento e rendimento escolar, oferta esta sob responsabilidade das esferas Municipais, Estaduais e da União, subsidiando, assim, a promoção da SAN (BRASIL, 2013) e a definição de diretrizes norteadoras da alimentação escolar, dentre elas a implantação da educação alimentar e nutricional que perpassa o currículo pedagógico (BRASIL, 2009).

Considerações finais

Diante o ensejo, evidencia-se que a alimentação do escolar se fundamenta em dois eixos primordiais na promoção da SAN, a saber: a educação alimentar e nutricional e a oferta de alimentos em qualidade e quantidade satisfatórias a fim de colaborar no desenvolvimento do educando. Assim, é relevante elencar a importância que a escola exerce na formação de hábitos alimentares saudáveis, tendo a alimentação escolar como uma das vertentes dessa formação.

Desse modo, almeja-se que a escola, enquanto orientadora das ações, oportunize condições de acesso igualitário a alimentos seguros e saudáveis no alcance da segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. O.; VALENTE JÚNIOR, A. S. **Ocupação, renda e segurança alimentar e nutricional entre famílias beneficiárias do Programa Fome Zero: o caso do município de Guaribas-PI.** Cuiabá, MT: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2007. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ARANHA, A. V. **Fome zero: uma história brasileira.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, jul./set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/BKSyxMzDBqRP5WgkRC66j9c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ASSIS, S. C. R.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHIN, S. C. C. Impacto do programa de aquisição de alimentos na segurança alimentar e nutricional dos agricultores. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 617-626, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZZJFFCtLGfBxxzhQnQFnK6K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BATISTA FILHO, M. O Brasil e a segurança alimentar. **Revista Brasileira de Saúde**

Materno Infantil, Recife, v. 7, n. 2, p. 121-122, abr./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/36tDrcGjNghryvZTpQcNr3z/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/y9DcgRjXh7V9YDPKqdqrHCk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 39.007, de 11 de abril de 1956**. Dá nova redação aos artigos 1^o, 2^o e 3^o do Decreto n^o 37.106 de 31 de março de 1955. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39007-11-abril-1956-329784-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Vice-Presidente da República no exercício do Cargo de Presidente da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. **Medida provisória n. 870, de 1 de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830. Acesso em: 14 set. 2021.

BURITY, V. *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CARVALHO, R. L.; BERNARDO, F. B. Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto de educação primária. **Revista Educação e Foco**, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, 2012. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/educacao-em-foco-juiz-de>

fora/articulo/caixa-escolar-instituto-inestimavel-para-execucao-do-projeto-da-educacao-primaria. Acesso em: 12 ago. 2022.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012/2015. Brasília, DF: MDS, 2011.

CRISPIM, S. P. *et al.* Validação de inquéritos dietéticos: uma revisão. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentos e Nutrição**, v. 26, p. 127-141, dez. 2003. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-365203>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CUSTÓDIO, M. B. G. *et al.* Segurança Alimentar e Nutricional e a Construção de sua Política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634683>. Acesso em: 17 ago. 2022.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Declaração de Roma sobre segurança alimentar mundial**, Roma, 13 nov. 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/DOCREP/003/W3613P/W3613P00.HTM>. Acesso em: 12 ago. 2021.

FERREIRA, J. C. **Consumo alimentar escolar no município de Piracicaba, SP**. 2008. 89 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

FISBERG, R. M. *et al.* Questionário de frequência alimentar para adultos com base em estudo populacional. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 3, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/SyYPjp7gvjKWBkBzRnm6gwJ/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.

FROZI, D. S.; GALEAZZI, M. A. M. Políticas públicas de alimentação no Brasil: uma revisão fundamentada nos conceitos de bem estar social e de segurança Alimentar e Nutricional. **Caderno de Debate**, v. 6, p. 58-83, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/politicas_programas_nutricao.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

GALESI, L. F.; QUESADA, K. R.; OLIVEIRA, M. R. M. de. Indicadores de segurança alimentar e nutricional. **Revista Simbio-Logias**, v. 2, n. 1, p. 221-230, maio 2009. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/indicadoers_de_seguranca.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**. Brasília, DF: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos; Ministério das Relações Exteriores, 2002.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo a segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 87-199, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339-1346, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DW6bxKpYGYtDLLfcqM8BqXm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. Experiência internacional com a escala de percepção de insegurança alimentar. *In*: BRASIL. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. 2. v. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/264.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Food insecurity measurement and indicators. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 15-26, jul./ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/mfgJyKLC9HP7nXLRX5fH3Fh/abstract/?lang=en>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PESSANHA, L.; VANNIER, S. C.; MITCHELL, P. V. **Indicadores para avaliar a segurança alimentar e nutricional e a garantia do direito humano à alimentação: metodologias e fontes de dados**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008. **Anais [...]**. Caxambu, MG, 2008.

SALLES-COSTA, R. *et al.* Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 99s-109s, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/fq69hBWpxzHC8MFXDfXDLqD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002 – abordagem metodológica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 5, p. 1029-1040, maio, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BgHGVRz5DJwCGMzdw7Hq4NM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SILVA, F. F.; CÔRREA, V. P.; NEDER, H. D. Estudo comparativo da distribuição de recursos do PRONAF Crédito e Infraestrutura nas regiões sul e nordeste do Brasil: uma abordagem estatística. *In*: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

TAGAKI, M. **A implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus desafios e limites**. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campus de Campinas, SP, 2006.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 51-60, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/GXfv6d4vzZxvwTRrh8pFyzD/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

VALENTIM, E. A. **O ambiente escolar como promotor da segurança alimentar e nutricional**: o papel da alimentação escolar. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional) – Departamento de Nutrição, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/dBtStfvTzwqWjvqQgSL5zqd/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

YUYAMA, L. K. O. *et al.* Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar em comunidades indígenas no estado do Amazonas, **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 53-63, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/L9cHL6tMYH4Z9Pt5qQRZ9kx/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Recurso próprio dos autores.

Conflitos de interesse: Não há conflitos e interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Não aplicável.

Contribuições dos autores: Os três autores atuaram coletivamente no planejamento, na elaboração, na revisão e na edição do artigo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

